

O governo está contando com o pacote econômico — a ser anunciado esta semana, em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional — para conseguir quebrar as resistências do Fundo Monetário Internacional em liberar mais recursos para o Brasil. As autoridades econômicas já comunicaram ao FMI a impossibilidade de reduzir o déficit público de 16,9% para 8,8% do Produto Interno Bruto este ano. A delegação do Fundo, chefiada pelo alemão Horst Struchmeyer, deve chegar até o dia 10, com recomendações expressas para evitar a imprensa.

Argumentando que houve uma subestimativa dos efeitos da maxim-desvalorização cambial do cruzeiro decretada em 18 de fevereiro — inclusive pelo próprio Fundo —, o governo brasileiro quer aumentar o teto de expansão do déficit público para, no mínimo, Cr\$ 9,3 trilhões. Assim, conforme argumenta uma autoridade econômica, o que o governo está propondo ao Fundo não é "exatamente uma revisão da meta anual, mas apenas ajustá-la aos efeitos da máxi".

A missão do FMI, que vai conferir os números finais do primeiro trimestre dará aqui formalmente sua resposta ao pedido brasileiro. Possivelmente, ela será negativa. Historicamente, o Fundo nunca aceitou rever metas anuais dos programas de ajustamento que estabelece para os países a quem concede créditos ampliados, e uma prova de que não aceitou os primeiros argumentos das autoridades brasileiras foi a decisão de suspender a liberação da segunda parcela de US\$ 411 milhões.

No entanto, as autoridades brasileiras insistem em que o Fundo está mais flexível e que sua decisão poderá depender basicamente do pacote aguardado para esta semana, e com o qual o governo espera reduzir em pelo menos Cr\$ 2 trilhões o déficit do setor público. "Depois disso é negociar e tentar conseguir uma folga nas metas", explica uma fonte da área econômica.

Danos sociais

Essa fonte reconhece que o pacote em elaboração provocará efeitos recessivos e danos sociais. Por isto, técnicos oficiais acham que o pacote deveria ser negociado com os vários segmentos da sociedade, numa espécie de pacto social, do mesmo modo como Israel se comportou quando decidiu fazer um expurgo mensal de 30% na correção, visando a reduzir seu índice de inflação, o maior do mundo.

Os técnicos do Fundo já recorriam informalmente que, se o governo não conseguiu cumprir a primeira meta trimestral, dificilmente conseguirá cumprir a meta anual referente ao déficit público.

No primeiro memorando técnico de intenções, de 6 de janeiro, o Brasil se comprometeu a não ultrapassar em Cr\$ 7 trilhões o déficit público este ano, sendo Cr\$ 1,2 trilhão até março, Cr\$ 3,2 trilhões até junho e Cr\$ 5 trilhões até setembro. Depois da máxi de fevereiro, o governo enviou ao FMI um novo memorando técnico, salientando que "o efeito líquido da recente desvalorização sobre as fi-

Com o "pacote" econômico, o FMI fica mais tolerante?

O governo espera que o Fundo concorde em soltar mais dinheiro, em troca do "pacote" de contenção do déficit público — que provocará mais recessão e desemprego. Prevê-se o expurgo do INPC, com reajustes salariais menores.

nâncias do setor público é de difícil previsão". Ainda assim, com base no resultado "de informações estatísticas atualizadas", se comprometa a cumprir os novos tetos modificados pelas autoridades econômicas: Cr\$ 2,8 trilhões até março, Cr\$ 5 trilhões até junho, Cr\$ 6 trilhões até setembro, encerrando o ano no teto dos Cr\$ 8,8 trilhões.

O problema é que no primeiro trimestre houve um "estouro" cujo total as autoridades insistem em garantir que ainda não está "fechado". E isso levou, finalmente, o Brasil a reconhecer que essa meta não será cumprida, mesmo com as medidas que estão sendo adotadas.

Soluções intermediárias

No Rio, o chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, professor Luís Aranha Correa do Lago, lamentou que o governo venha tentando forçar os bancos a cumprirem sua parte nos projetos de renegociação da dívida externa, ameaçando-os com a suspensão de pagamentos, sem tentar soluções intermediárias.

Assim, "o Brasil caminha a passos largos para uma situação insustentável, embora já esteja em pleno processo de renegociação ou de moratória (a diferença é apenas semântica)". A solução ideal seria uma fórmula mista: enquanto se busca uma saída política de longo prazo, a curto prazo seria aconselhável encontrar soluções de mercado.

A situação do balanço de pagamentos continuará sendo crítica, ainda que se obtenha o superávit comercial de US\$ 6 bilhões. O governo espera US\$ 1,5 bilhão em investimentos diretos, US\$ 500 milhões de empréstimos das matrizes das multinacionais para suas filiais brasileiras e US\$ 4,5 bilhões em créditos de fornecedores e instituições financeiras internacionais.

Até o momento, estas previsões se têm revelado irrealistas. No caso da balança comercial, os superávits comerciais de março e abril são bastante enganadores: "Comparando-se os valores de exportação de janeiro-abril de 1982, e os deste ano, o crescimento das exportações é de apenas 1%; retirando-se o café, o percentual é ainda menor, de 0,30%. Embora a maxim-desvalorização tenha dado impul-

so às vendas de manufaturados, observa-se que o superávit foi obtido essencialmente pela contenção das importações, que caíram 21%.

Como a previsão do governo era de uma queda das importações de 17% que, por sua vez, já trazia uma potencial recessão econômica, os 21% demonstram que o superávit está custando um preço bastante alto para o País".

— Este superávit — disse o professor — significa, por um lado, o postergamento de importações e, por outro, a venda de mercadorias sem que isto represente necessariamente a entrada líquida e imediata de cambiais, uma vez que estas exportações são financiadas pelo Finex (Fundo de Incentivo às Exportações), no prazo de 180 a 620 dias. Assim, embora a balança comercial tenha melhorado contabilmente, o quadro financeiro não apresentou a mesma correspondência.

Ele também acha que a expectativa quanto a investimentos e reinvestimentos estrangeiros, no total de US\$ 2 bilhões, "é muito irrealista. Os US\$ 4,5 bilhões de créditos de fornecedores também são problemáticos, mesmo com todo o esforço do Banco Mundial, porque à medida que nossas im-

portações declinam, diminui o volume desses créditos".

Além disso, "os recursos dos projetos 3 e 4 estão declinando, caindo o primeiro de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 6 bilhões, e do segundo de US\$ 10,3 bilhões para algo em torno de US\$ 8 bilhões".

Mesmo na hipótese improvável de o governo restabelecer o volume de recursos dos projetos 3 e 4, "até o fim do ano chegaremos a uma situação extremamente precária, do ponto de vista das reservas cambiais".

Analisando o balancete de 31 de março do Banco Central, o professor observa que nesta data o País apresentava um déficit negativo líquido de US\$ 5,531 bilhões.

Expurgos no INPC

O senador Carlos Alberto Chiarelli (PDS-RS) anunciou ontem em Pelotas, a 270 quilômetros de Porto Alegre, que vai denunciar a intenção dos ministros da área econômica de excluir da base de cálculo do INPC as altas do custo de vida que vão naturalmente decorrer do próximo pacote econômico.

E o vice-governador de São Paulo, Orestes Quérzia, declarou neste final de semana, na cidade de Garça, a 425 quilômetros da Capital, que "está na hora de assumirmos, e sem constrangimentos inúteis, a nossa condição de país pobre. Somos um povo pobre que fomos na conversa de que éramos ricos. Acreditamos nessa mentira, sobretudo os da classe média, e não percebemos que o decantado milagre brasileiro estava sendo financiado pelo arrocho salarial dos trabalhadores de salário mínimo e pelos aparentemente inesgotáveis empréstimos estrangeiros".

Quérzia disse ainda que, em seus contatos com prefeitos do PMDB, no interior de São Paulo, tem insistido para que se atrevam a medidas corajosas contra o desemprego. Muitas vezes, uma medida simples, como substituir os caminhões que fazem a coleta de lixo por simples carroças, podem suscitar o sorriso dos tecnocratas arrogantes, mas significará muito em termos de pão e dignidade".